

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 1.158
MINAS GERAIS**

RELATOR	: MIN. ANDRÉ MENDONÇA
REQTE.(S)	: ALIANCA NACIONAL LGBTI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: AMANDA SOUTO BALIZA
ADV.(A/S)	: PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI
ADV.(A/S)	: GABRIEL DIL
INTDO.(A/S)	: CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAE
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAE
INTDO.(A/S)	: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MURIAE
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MURIAE
AM. CURIAE.	: CELLOS/MG - CENTRO DE LUTA PELA LIVRE ORIENTACAO SEXUAL DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S)	: MARCO ANTONIO IRINEU
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE GUSTAVO MELO FRANCO DE MORAES BAHIA
ADV.(A/S)	: RODRIGO DIAS MARTINS

VOTO

O Senhor Ministro **CRISTIANO ZANIN** (Vogal): Como bem delineado pelo eminente Relator, Ministro André Mendonça, trata-se de arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF, com pedido liminar, proposta pela Aliança Nacional LGBTI+ – ALIANÇA e pela Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas – ABRAFH contra a Lei n. 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG, que “[g]arante aos estudantes do município de Muriaé o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e as orientações legais de ensino, utilizando apenas as flexões de gênero e número, conforme as regras gramaticais consolidadas”.

Eis o teor do diploma impugnado:

Art. 1º É garantido aos estudantes do Município de Muriaé o direito ao aprendizado da língua portuguesa de

acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, utilizando apenas as flexões de gênero e de número, conforme as regras gramaticais consolidadas, com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Parágrafo único. O disposto no *caput* desse artigo aplica-se a toda a Educação Básica, ministrada no território do Município de Muriaé, nos termos da Lei Federal nº 9.394/96, **assim como ao Ensino Superior** e aos Concursos Públicos para acesso aos cargos e funções públicas do município.

Art. 2º Fica expressamente proibido a todas as instituições de ensino no município de Muriaé, independentemente do nível de atuação e da natureza pública ou privada, bem como, a bancas examinadoras de seleções e concursos públicos, prever ou inovar, em seus currículos escolares e em editais, novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas e previstas nas diretrizes e bases da educação nacional - que preveem apenas as flexões de gênero masculino e feminino.

Parágrafo único. Aos ambientes formais de ensino e educação, é proibido o emprego de linguagem que, corrompendo as regras gramaticais, pretendam se referir a "gênero neutro", inexistente na língua portuguesa e não contemplado nas diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 3º A violação do direito do estudante estabelecido no artigo 1º desta Lei, acarretará sanções administrativas às instituições de ensino público e privado e aos profissionais de educação que concorrerem em ministrar conteúdos adversos aos estudantes, prejudicando direta ou indiretamente seu aprendizado à língua portuguesa culta.

Art. 4º As Secretarias responsáveis pelo ensino básico e **superior** do município, deverão empreender todos os meios necessários para valorização da língua portuguesa culta em suas práticas e políticas educacionais, **fomentando iniciativas de defesa aos estudantes no caso de aplicação de qualquer conteúdo destoante das normas e orientações legais de ensino.**

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iniciado o julgamento no plenário virtual, o Relator, Ministro André Mendonça, votou para conhecer parcialmente da presente arguição e, nesta parte, julgar procedentes os pedidos para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei n. 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG.

É o relatório.

De antemão, esclareço que acompanho o Relator, Ministro André Mendonça, que acolheu “a questão preliminar e não conhe[ceu] de parte do pedido formulado, especificamente quanto à obrigatoriedade do uso da *‘língua portuguesa de acordo com a norma culta’* em concursos públicos realizados para provimento de cargos públicos do Município de Muriaé/MG, prevista nos artigos 1º e 2º da Lei municipal nº 6.800/2023”.

Acompanho também o Relator, Ministro André Mendonça, quanto à declaração de inconstitucionalidade formal dos arts. 2º, *caput* e parágrafo único, e 3º da Lei n. 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG, tendo em vista a invasão de competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, nos termos do art. 22, XXIV, da Constituição Federal.

Peço vênia, porém, para divergir parcialmente do Relator, Ministro

André Mendonça, por não vislumbrar violação constitucional no art. 1º, *caput* e parte do parágrafo único, bem como em parte do art. 4º do aludido diploma.

O *caput* do art. 1º da Lei n. 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG, limita-se a garantir aos estudantes do município:

“o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, utilizando apenas as flexões de gênero e de número, conforme as regras gramaticais consolidadas, com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”.

O parágrafo único do art. 1º da referida lei municipal estabelece que o direito ao aprendizado da língua portuguesa, previsto no *caput* do art. 1º, aplica-se a toda a educação básica do Município de Muriaé, **assim como ao ensino superior** e aos concursos públicos para acesso aos cargos e funções públicas do município.

Por sua vez, o art. 4º designa às Secretarias responsáveis pelo ensino básico e superior do município o dever de “empreender todos os meios necessários para valorização da língua portuguesa culta em suas práticas e políticas educacionais”. E, ao final, impõe o dever de fomentar iniciativas de “**defesa aos estudantes no caso de aplicação de qualquer conteúdo destoante das normas e orientações legais de ensino**”.

Nesse ponto, enfatizo que a Constituição Federal expressamente prevê, em seu art. 13, que a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil:

Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

O estudo da língua portuguesa está previsto na Lei n. 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O § 1º do art. 26 impõe até mesmo a obrigatoriedade de os currículos abrangerem o estudo da língua portuguesa:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil (grifei).

O *caput* do mesmo dispositivo prevê, ainda, a necessária uniformidade dos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, que devem respeitar uma base nacional comum, sendo apenas complementada por características regionais, locais, culturais, da economia e dos educandos.

Logo, com as devidas vênias, entendo que não há que se falar em inconstitucionalidade formal dos arts. 1º, *caput* e parte do parágrafo único, e de parte do 4º da Lei n. 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG, que apenas reproduzem e regulamentam no âmbito local as diretrizes gerais fixadas pela União.

A despeito da competência privativa da União para legislar sobre as

diretrizes e as bases da educação nacional, conforme o art. 22, XXIV, da CF, aos municípios se destinou competência suplementar para complementar a legislação federal e estadual no que couber:

Art. 30. Compete aos Municípios:

[...]

II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

A necessidade de suplementação da legislação federal deve visar a regulamentação de interesse local. Assim, não se justifica a edição de proibição a conteúdo pedagógico, não correspondente às diretrizes fixadas na Lei n. 9.394/1996.

Por outro lado, o reforço na educação básica do ensino da língua portuguesa de acordo com a norma culta, as orientações legais de ensino, as regras gramaticais consolidadas e as orientações nacionais de educação, conforme previsto no *caput* e no parágrafo único do art. 1º da Lei n. 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG, não contraria as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. Ao contrário, reproduz e regulamenta o aprendizado da língua no âmbito municipal.

No mesmo sentido, a designação prevista no art. 4º do diploma impugnado, de que a Secretaria responsável pelo ensino básico no município deve empreender os meios para a valorização da língua portuguesa culta em suas práticas e políticas educacionais, igualmente se adstringe aos limites da competência suplementar do município, uma vez que designa o órgão local responsável pela condução de políticas para a valorização do ensino da língua portuguesa.

Há, porém, trechos tanto do parágrafo único do art. 1º quanto do art. 4º da Lei n. 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG, que extrapolam a competência suplementar conferida aos municípios na medida em que: i) estendem as determinações do *caput* do art. 1º da referida lei ao **ensino superior**; e ii) propõem o fomento a “**iniciativas de defesa aos estudantes no caso de aplicação de qualquer conteúdo destoante das normas e orientações legais de ensino**”.

Em relação à extensão ao ensino superior da garantia de direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com o padrão culto, a Lei n. 9.394/1996 reconhece aos sistemas de ensino liberdade de organização local, nos termos do art. 8, § 2º:

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

[...]

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Logo, considerando-se que o sistema de ensino municipal não compreende as instituições de ensino superior, consoante o art. 18 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, não se justifica a regulamentação de interesse local:

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III – os órgãos municipais de educação.

Mesmo as instituições de ensino superior mantidas pelo Poder Público municipal não compõem os sistemas municipais de ensino (art. 16, II e art. 17, II, da Lei n. 9.394/1996).

Assim, as determinações estabelecidas por lei municipal que alcancem o ensino superior, ainda que reproduzam ditames da norma geral estabelecida pela União, afrontam os limites da competência suplementar fixados pela Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se recente julgado da relatoria do Ministro Nunes Marques em que se analisou a constitucionalidade de lei municipal que proibia cursos de ensino à distância na área da saúde, até mesmo os da educação superior:

Percebe-se, assim, que a União, ao estabelecer as normas gerais, atribuiu a si a organização do sistema de ensino das instituições de ensino superior mantidas pela iniciativa privada; aos Estados, a das instituições de ensino superior mantidas pelo Município e as de ensino fundamental e médio privadas; e, aos **Municípios, apenas das instituições de ensino fundamental e médio municipais e de educação infantil privadas e municipais.**

O Município de Goiânia, portanto, não se limitou a organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de seu sistema de ensino, conforme lhe autorizam os arts. 8º e 18 da LDB, imiscuindo-se na organização de estabelecimentos sujeitos à gestão federal e estadual.

Logo, ao criar restrições para cursos de ensino superior e pós-graduação públicos ou privados e cursos técnicos privados, a lei impugnada não observou as normas gerais

fixadas pelo ente federativo central.

Desse modo, entendo que a vedação à criação de cursos de ensino à distância na área da saúde pela lei goiana usurpou a competência privativa da União para legislar sobre as diretrizes e as bases da educação nacional (CF, art. 22, XXIV), além de contrariar normas gerais relativas ao tema (CF, art. 24, IX) (ADPF 1.036, Rel. Min. Nunes Marques, DJe 11/3/2025 - grifei).

Entendo, portanto, que em relação às expressões “ao Ensino Superior”, prevista no parágrafo único do art. 1º, e “superior”, contida no art. 4º, ambos da Lei n. 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG, evidencia-se a inconstitucionalidade formal.

No que tange ao trecho “fomentando iniciativas de defesa aos estudantes no caso de aplicação de qualquer conteúdo destoante das normas e orientações legais de ensino”, contido no art. 4º da Lei n. 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG, também verifico avanço para além dos limites constitucionais estabelecidos para a competência suplementar dos municípios.

A despeito de promover a defesa dos estudantes, o referido trecho deixa implícita uma possível resposta sancionatória por parte das Secretarias responsáveis, em caso de aplicação de qualquer conteúdo que, utilizando linguagem neutra, destoe da legislação e das orientações legais de ensino, o que acaba por contrariar as normas gerais estabelecidas pela União em relação às diretrizes e bases da educação.

Dessa forma, verifico a nulidade de parte do art. 4º do referido diploma impugnado e proponho a supressão do trecho “fomentando iniciativas de defesa aos estudantes no caso de aplicação de qualquer conteúdo destoante das normas e orientações legais de ensino”.

ADPF 1158 / MG

Nesse mesmo sentido me manifestei na ADPF 1.166, da relatoria do Ministro Gilmar Mendes, DJe 19/11/2024, nas ADPFs 1.152 e 1.161, ambas da relatoria da Ministra Cármen Lúcia, DJe 13/12/2024, e na ADPF 1.151, da relatoria do Ministro Dias Toffoli, DJe 13/12/2024, oportunidades em que fui acompanhado pelo Ministro André Mendonça e pelo Ministro Nunes Marques.

Posto isso, acompanho parcialmente o Relator, Ministro André Mendonça, e voto para conhecer em parte da arguição e, na parte conhecida, pela parcial procedência do pedido, a fim de declarar a inconstitucionalidade formal dos arts. 2º, *caput* e parágrafo único, e 3º da Lei n. 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG.

Peço vênia para divergir parcialmente do Relator tão somente em relação aos arts. 1º, *caput* e parágrafo único, e 4º da Lei n. 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG, a fim de declarar a inconstitucionalidade formal de parte do parágrafo único do art. 1º para suprimir a expressão “Ensino Superior” e de parte do art. 4º para invalidar o trecho “fomentando iniciativas de defesa aos estudantes no caso de aplicação de qualquer conteúdo destoante das normas e orientações legais de ensino”.

É como voto.